

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ 2020

----- Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas quinze horas e cinco minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Alfândega da Fé, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que os senhores Deputados Luís Mascarenhas e Orlando Borges comunicaram que não iriam poder participar nos trabalhos da presente sessão, tendo sido substituídos, nos termos legais e regimentais, pelos Senhores Deputados Henrique Brunhoso e Alcino Vaz, respetivamente. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou também que se encontrava ausente o Senhor Deputado António Serra. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Senhores Deputados que estava presente a ata da segunda sessão ordinária, realizada no dia dezasseis de maio de dois mil e vinte, para ser submetida a aprovação, tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**, dos presentes. Não participaram na votação desta ata os Senhores Deputados Henrique Brunhoso, Alcino Vaz e Ricardo Pimentel, por não terem estado presentes nessa sessão. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Começou por usar da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins fazendo uma chamada de atenção para o facto das cadeiras do auditório estarem identificadas com a sigla "PSD" e que como são uma coligação o correto seria identificar também o parceiro político que é o CDS-PP. -----

----- Continuando, o Senhor Deputado Gabriel Martins disse ter encontrado na plataforma dos Contratos Públicos online o contrato de ajuste direto do regime geral, cujos contratantes são o Município de Alfândega da Fé e a empresa Alfandegatur para a aquisição de serviços para fornecimento contínuo de refeições e dormidas, com uma previsão de cento e oitenta refeições e vinte dormidas a realizar no âmbito de vários tipos de actividades e cujo montante são seis mil e cem euros. Entretanto, disse ter reparado que sempre que se faz o registo na plataforma adiciona-se em formato PDF o contrato, mas que neste caso concreto não é exigível a resolução do contrato escrito, nos termos da lei. Referiu depois que o ajuste direto no regime geral é composto por várias peças, tais como, o caderno de encargos e o mapa de quantidades, mas tem ainda outra que é a informação de abertura do procedimento para a autorização da despesa dirigida ao superior hierárquico. Disse que este último documento deveria estar também em formato PDF e não está e suscitaram algumas dúvidas no sentido de que este caso estará fora do âmbito das medidas de apoio ao sector empresarial, face à pandemia COVID-19. O Senhor Deputado Gabriel Martins solicitou assim informação de qual é a fundamentação para autorizar a despesa neste ajuste direto no regime geral. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra para responder ao Senhor Deputado Gabriel Martins dizendo que efectivamente as questões são distintas, ou seja, por um lado a empresa Alfandegatur tem um valor a rondar os seis mil e quinhentos euros, que resulta naquilo que foram os critérios de ponderação para a atribuição do apoio, mediante as facturas apresentadas pela empresa. Quanto à prestação de serviços que foi feita, no sentido de tornar mais transparente as transacções realizadas e para planeamento das despesas que possam vir a acontecer, uma vez que o

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Município utiliza aquele espaço para diversos eventos realizados no âmbito das funções da Autarquia, optaram por fazer este contrato e o valor tem como base o valor médio daquilo que têm sido os consumos da Câmara Municipal na empresa Alfandegatur. Desta forma disse que o processo fica mais célere e mais simples, até para os serviços, uma vez que este procedimento foi sugerido pelos serviços administrativos e financeiros do Município. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Vereador Miguel Franco tendo explicado que, relativamente ao procedimento de aquisição de serviços referido, o que aconteceu foi que se optou por fazer a publicação no Portal dos Contratos Públicos BaseGov. Explicou também que este procedimento vem na sequência do Município não ter recursos próprios para este tipo de serviço, no sentido de suprir essa carência. -----

----- Continuando, o Senhor Deputado Gabriel Martins fez um pequeno esclarecimento no sentido de que a escolha do procedimento tem a ver com o preço e que este procedimento em questão enquadra-se no regime geral, sendo assim, obrigatória a sua publicação no Portal dos Contratos Públicos e é também obrigatório adicionar o PDF com a informação da fundamentação da necessidade da despesa para que o superior hierárquico possa autorizá-la ou não. Disse depois que pela explicação dada percebeu que é um modelo normal e talvez o ideal para criar uma espécie de plano de despesas, uma vez que quando se faz um plano o primeiro passo será fazer o cabimento e é um grande controle. O Senhor Deputado Gabriel Martins disse que apadrinham esta acção política, uma vez que as autarquias também têm obrigação de apoiar as empresas do seu Concelho. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins continuou a sua intervenção dizendo que o Município já desmarcou os grandes eventos do Concelho e que obviamente os convites necessários para os grandes eventos também estão desmarcados, mas ficaram com uma dúvida no sentido de saber para que tipo de eventos será. Questionou depois o facto de que se temos mais empresas de hotelaria, porque não fazer o mesmo com as outras, na medida em que ajudariam todas as empresas do ramo da restauração, até porque essas empresas praticam preços mais acessíveis que dariam para fornecer mais refeições, dando depois alguns exemplos matemáticos. -----

----- De seguida, o Senhor Deputado Gabriel Martins fez um requerimento verbal ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal no sentido de interceder junto do Executivo para que forneça a esta Assembleia Municipal uma listagem dos procedimentos de aquisição, por parte do Município, daqueles em que foram autorizadas despesas no âmbito da pandemia originada pelo COVID-19 e uma outra listagem das dívidas em que o Município é credor, incluindo as prescritas no último ano. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, disse que relativamente à primeira questão colocada pelo Senhor Deputado Gabriel Martins, tem sido apanágio deste Município repartir os serviços de restauração e dormidas por todos os nossos agentes económicos, sem excepção. Depois disse que relativamente ao requerimento que fez ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, na próxima semana serão enviadas essas listagens, explicando a seguir que a listagem das dívidas das quais o Município é credor consta da Conta de Gerência e que essa explicação já tinha sido dada aos Senhores Vereadores da Oposição, contudo disse que lhe irão fazer chegar novamente essa informação, bem como a informação relativamente às despesas no âmbito da pandemia COVID-19, também já enviada mas será novamente remetida aos Senhores Deputados, com os valores actualizados. -----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Tavares, propôs um voto de pesar pelo falecimento da funcionária do Município, Carla Pereira, no passado mês, de forma trágica. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o voto de pesar à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e seis membros presentes, aprová-lo e dar conhecimento do mesmo aos seus familiares, após a ata desta sessão ser devidamente aprovada. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **1. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;**

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Para conhecimento, presente uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de vinte e seis de junho de dois mil e vinte, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou que se trata da habitual informação com o resumo das atividades desenvolvidas desde a última sessão da Assembleia até agora, bem como da situação financeira do Município. Aproveitou também para fazer um ponto de situação relativamente à pandemia COVID-19 pela qual estamos a passar, nomeadamente aos contágios e casos do nosso Distrito e do nosso Concelho. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que de uma maneira geral a situação está calma a nível do Distrito e também a nível do Concelho. Os dados que foram transmitidos ontem na reunião da Comissão Municipal de Protecção Civil são de que no Distrito, até ao momento, existem duzentos e noventa e quatro casos, dos quais vinte e seis ainda estão activos e que estão associadas vinte e quatro mortes a estes duzentos e noventa e quatro casos. Informou depois que no nosso Concelho, desde a última Assembleia até agora, recuperaram da doença, dois Alfandeguenses, parabenizando-os, e que quanto à terceira pessoa também irá recuperar, uma vez que já deu sinais de recuperação. A nível distrital, o Senhor Presidente da Câmara informou que o mês de maio foi bastante tranquilo, o início do mês de junho também e que na região, num espaço de um mês e meio, houve apenas seis a sete casos, mas que nas últimas semanas esse número voltou a aumentar, fruto desta situação que vivemos no País, nomeadamente na zona de Lisboa, que *“está a exportar alguns casos para o resto do País”*. Informou ainda que esses casos que aconteceram na nossa região, felizmente, foram casos devidamente identificados e que as autoridades de saúde estão a trabalhar muito bem essa monitorização no trabalho de rastreio, de testar e de colocar as pessoas em vigilância. Referiu que tem acompanhado de perto essas situações e esclareceu que as situações estão controladas, mas que não significa que não tenhamos de continuar atentos e continuar o trabalho que tão bem foi feito nos primeiros meses de pandemia. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, explicou que, em termos de Município, já liquidaram todos os apoios às empresas no âmbito do Programa de Apoio ao Sector Empresarial Local anunciado na última sessão da Assembleia, e que dentro do universo de muitas empresas que podiam ter sido apoiadas, cerca de setenta e cinco, houve numa primeira fase, cinquenta e nove candidaturas aprovadas, ou seja, cerca de oitenta por cento das empresas candidataram-se a este apoio. Após a data limite, houve mais candidaturas que serão consideradas e que todas as que decidirem apresentar a candidatura, poderão ainda fazê-lo. A listagem dos apoios atribuídos já foi enviada aos Senhores Vereadores da coligação PSD/CDS-PP, tendo o Município já transferido para aquelas empresas um total de apoios no valor de €28.300,00 (vinte e oito mil e trezentos euros) para ajudá-las, uma vez que viram as suas casas obrigadas, por imperativo legal, a serem encerradas e a ficarem fortemente condicionadas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou depois que o Município de Alfândega da Fé decidiu, durante o corrente mês, desenvolver as actividades do ATL – Actividades de Tempos Livres, para as férias das nossas crianças e também têm intenção de reabrir as piscinas municipais, em colaboração com a ARA - Associação Recreativa Alfandeguense. Disse que o fazem com a máxima responsabilidade e com o máximo sentido de que é sua obrigação estar com as famílias, com aqueles que mais precisam, que não têm *“retaguarda familiar”* e que têm que, obrigatoriamente, voltar aos seus trabalhos. Com o final da escola, bem como com o fim do apoio que o Governo e a Autarquia foram dando aos pais para ficarem com os seus filhos em casa, agora estão numa situação de dificuldade e por isso entenderam continuar a fazer o ATL de Verão mas que será desenvolvido sob muitas restrições, sob regras muito apertadas e que, obviamente, não será igual aos anos anteriores. Explicou que não serão admitidas crianças que não tenham estudado no Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé, por uma questão de segurança e protecção. Irá funcionar, no período da manhã, exclusivamente, nas piscinas municipais e que esse recinto estará exclusivo a ser utilizado pelas crianças que frequentarem o ATL. Durante o período da tarde, explicou que o modelo será o apoio à família, e esse apoio será apenas para as famílias, em que ambos os progenitores ou encarregados de educação estejam a trabalhar. O objectivo, disse, é diminuir o número máximo de crianças, uma vez que este período terá lugar em recintos fechados, mas que serão seguros, higienizados e vigiados, tais

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

como a Escola EB1. O Senhor Presidente informou que as crianças sinalizadas pela CPCJ também poderão frequentar o apoio à família. Esclareceu ainda que o Regulamento do ATL já foi aprovado na última reunião de câmara, ou seja, na passada terça-feira, e foi aprovado por unanimidade. Mais esclareceu que este trabalho está a ser feito em colaboração com a Liga de Amigos do Centro de Saúde Alfândega da Fé. O Senhor Presidente da Câmara referiu que esta medida está a ser bastante elogiada e que a preocupação mostrada por alguns munícipes é como vai ser depois do dia sete de agosto até ao início das aulas, pois é neste dia que termina o ATL. Disse que já lançou o desafio ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia e nosso ilustre Deputado, Dr. Carlos Pousado, no sentido de que o Município está disponível, junto com a Santa Casa e com a Liga dos Amigos, para pensarem numa solução para prolongarem o ATL. Referiu ainda que tudo depende do evoluir da situação pandémica no nosso Concelho, mas que se continuar assim calma e tranquila, no que diz respeito a cadeias de contágios, dá alguma confiança para continuarem a dar este apoio. O Senhor Presidente da Câmara informou depois que têm intenção de abrir as piscinas municipais ao público e que a data prevista para essa abertura será no dia quatro de julho e que estão a fazer algumas obras de melhoria para criar as melhores condições para as crianças, nomeadamente no tanque pequeno, onde não existia caleira finlandesa que serve para melhorar a limpeza da água e que este ano já vai ter. Informou também que está a ser preparado um plano de contingência/regulamento para a correta utilização das piscinas, que este ano será muito diferente do que é habitual, tendo depois feito uma breve descrição de como é que as pessoas deverão proceder para entrarem nas piscinas e quais as normas que deverão seguir. O Senhor Presidente explicou que o que se pretende é que as pessoas usufruam de forma segura de um espaço existente no Concelho e que se semana a semana serão avaliadas todas as situações e que se houver a necessidade de tomar outras medidas, elas serão tomadas, em defesa da segurança e da protecção das pessoas. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara informou que no seguimento daquilo que são as orientações do Governo, das Autoridades de Saúde, das Entidades que tutelam o sector empresarial da restauração e cafés, os pedidos que os nossos empresários têm feito para ampliação e utilização das esplanadas em espaços públicos, têm sido respondidos afirmativamente, cumprindo as normas e as regras de segurança e de higiene. O Senhor Presidente da Câmara informou ainda que foi criada uma Comissão Municipal, em parceria com a GNR, com a Delegação Regional de Saúde e também com o apoio da AICAF – Associação Industrial e Comercial de Alfândega da Fé, para fazerem inspecções de fiscalização pedagógicas a todos os estabelecimentos, no sentido de fiscalizar a forma como estão a trabalhar a matéria de segurança e também, no seguimento do cumprimento das medidas de protecção e segurança, é fundamental continuar este caminho de retoma das actividades, uma vez que é essencial manter as regras de protecção e segurança, pois pode acontecer aquilo que está a acontecer em concelhos vizinhos, com casos positivos de Covid-19. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara fez depois um balanço daquilo que foi o Mercadinho da Cereja de Alfândega da Fé. Disse que foi um evento bastante positivo, com cerca de cinquenta mil euros de negócio feitos ao longo destes fins-de-semana, sendo que a maioria foi de cereja. O Senhor Presidente disse também que foi muito positivo pelo facto das pessoas que nos visitaram terem todas cumprido as normas de protecção e segurança exigidas. Para além disso, disse que os empresários também ficaram bastantes satisfeitos pelo facto de terem feito algum negócio, depois de dois meses de confinamento. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Tavares, deu uma palavra de apreço à nossa Autoridade Regional de Saúde, pelo facto de estar a fazer, no nosso distrito, um trabalho fundamental para termos estes resultados e também pelo facto de dar garantias e segurança aos autarcas da nossa região, uma vez que os casos positivos que apareceram nas últimas semanas estão a ser controlados e estão devidamente identificados. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara fez ainda o ponto de situação relativamente às candidaturas, obras e empreitadas do nosso Município. Disse que as obras da Escola EB2, 3/S de Alfândega da Fé já estão a decorrer e prevê-se que terminem em outubro. Relativamente à Casa do Adro, o nosso Museu Municipal de Arte, o Senhor Presidente da Câmara informou que estão a aguardar o visto do Tribunal de Contas para a obra poder ser iniciada. Informou ainda que relativamente ao projecto de Reabilitação e Ampliação da Zona Industrial, está a ser feita uma revisão do projecto de

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

execução para a empreitada poder ser lançada. Quanto ao Lagar D'El Rei, o Senhor Presidente da Câmara informou que está em fase terminal o projecto de execução para depois avançar para a respectiva candidatura. Informou também que está a decorrer a segunda fase do Concurso do Bairro Social de Trás-de-Castelo, na área da Eficiência Energética para a melhoria das habitações sociais e que brevemente será iniciada a segunda fase das obras da Escola EB 2,3/S, estando previsto o seu início logo que termine a primeira fase. O Senhor Presidente da Câmara informou também que no que diz respeito à obra de Reabilitação do Regadio da Camba, a mesma está praticamente terminada, e que a rede de rega vai abrir para servir os agricultores daquela zona no final do mês de julho. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE SEIS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO: -----

----- **UM TÉCNICO SUPERIOR / ENFERMAGEM** -----

----- **UM TÉCNICO SUPERIOR / COMUNICAÇÃO SOCIAL;** -----

----- **UM TÉCNICO SUPERIOR / SERVIÇO SOCIAL;** -----

----- **UM ASSISTENTE TÉCNICO;** -----

----- **DOIS ASSISTENTES OPERACIONAIS / JARDINEIROS** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Tavares, usou da palavra para esclarecer que estes procedimentos concursais foram inseridos no mapa de pessoal e aprovados por esta Assembleia Municipal no mês de abril do ano passado e que também já estavam previstos na Revisão do Programa de Ajustamento Municipal, aprovada por esta Assembleia Municipal em dezembro do ano passado. Informou depois que o pedido de parecer que foi feito ao FAM é positivo e que os encargos previstos com estes procedimentos estão também previstos na Revisão do Programa de Ajustamento Municipal. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins para dizer que depois de analisar o parecer enviado pelo FAM, este diz que não vê inconveniente, dando parecer favorável à abertura destes procedimentos concursais, mas apresenta dois requisitos, pelo que ficou com algumas dúvidas. Assim, perguntou se este procedimento concursal se encontra na excepção prevista no artigo 51º (cinquenta e um) da Lei do Orçamento de Estado, ou seja, se diz respeito à conclusão do PREVPAP (Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública), ou ainda se diz respeito à substituição de trabalhadores no âmbito do processo de descentralização de competências. De seguida, o Senhor Deputado Gabriel Martins, depois de ter lido o número 2 (dois) do artigo 51º (cinquenta e um) da referida Lei, perguntou se existe a cumulação de todas alíneas ali referidas, nomeadamente, se os encargos com estes recrutamentos estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam. Continuando, o Senhor Deputado Gabriel Martins perguntou também se o recrutamento corresponde a um aumento de despesa com pessoal verificada a trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove. O Senhor Deputado Gabriel Martins concluiu dizendo que terão que ser reunidas todas as situações previstas no número 2 (dois) do artigo 51º da Lei do Orçamento de Estado para a Assembleia Municipal poder autorizar a abertura destes procedimentos concursais, e caso haja alguma situação impeditiva perguntou depois se não será possível "lançar mão" de um concurso para os precários. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, esclarecendo que o Orçamento para o ano de dois mil e vinte já foi feito com base na Revisão ao Programa de Ajustamento Municipal, que por sua vez, já inclui estas despesas com estas novas contratações que estão agora a ser propostas e que estão cumpridas as regras descritas na Revisão ao Programa de Ajustamento Municipal, já aprovada por esta Assembleia e pelo FAM. Para além disso, o Senhor Presidente esclareceu que o aumento das despesas com o pessoal, tendo em conta a contratação destes seis postos de trabalho questionados pelo Senhor Deputado Gabriel, está previsto no Orçamento Municipal para o ano de dois mil e vinte. -----

----- Usou novamente da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins dizendo que o Senhor Presidente da Câmara não respondeu à última pergunta, ou seja, perguntou se o recrutamento corresponde, ou não, a um aumento da despesa com

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

pessoal verificada a trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove e que no caso de corresponder, não terão base legal para aprovar este assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou novamente da palavra para explicar que o cumprimento ao qual o Município está sujeito, no âmbito da situação de desequilíbrio financeiro em que se encontra perante o FAM, é claro, ou seja, desde que esta despesa esteja prevista nas previsões do Programa de Ajustamento Municipal, pode ocorrer essa contratação. ----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto sete à votação, tendo sido deliberado, por **MAIORIA**, dos vinte e seis membros presentes, com dezassete votos a favor, oito abstenções, dos Senhores Deputados: António Pacheco, Susana Guerra, Gabriel Martins, Carlos Pousado, Bruno Rachado, Henrique Brunhoso, Rui Araújo e André Monteiro e um voto contra do Senhor Deputado Adriano Andrade, autorizar a abertura de seis procedimentos Comuns para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado: um Técnico Superior/Enfermagem; um Técnico Superior/Comunicação Social; um Técnico Superior/Serviço Social; um Assistente Técnico e dois Assistentes Operacionais. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Dada a situação de pandemia que se vive no momento, não houve público presente nesta sessão. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. -----

----- A ata em minuta foi aprovada por **UNANIMIDADE**, dos vinte e seis deputados presentes. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezassete horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Carla Maria Bravo Franco)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)